

# Movimentos sociais no Brasil contemporâneo

Ilse Scherer-Warren<sup>\*</sup>

## Resumo

O texto examina a trajetória dos movimentos sociais no Brasil do período da ditadura de 1964 aos dias atuais, considerando as modificações ocorridas especialmente na relação entre movimentos e Estado e na construção de uma nova forma de ser movimento – articulação em redes interorganizacionais mais horizontalizadas. Destaca o sentido da autonomia x institucionalização dos movimentos em relação ao Estado em quatro momentos desse período. Visa, enfim, entender de que modo, por meio de uma atuação em redes, promove-se o empoderamento da sociedade civil no combate à exclusão social, pela indivisibilidade dos vários tipos de direitos humanos e propõe-se uma política de controle social pela cidadania.

*Palavras-chave:* Movimentos sociais. Autonomia. Redes. Cidadania.

Trajetória dos movimentos sociais na sua relação com o Estado no Brasil: da ditadura à democratização da sociedade<sup>1</sup>

Movimento cívico (décadas de 1960 e 1970): resistência ao autoritarismo de Estado

O movimento social mais significativo pós-golpe militar de 1964 foi o de resistência à ditadura e ao autoritarismo estatal, surgido a partir de várias iniciativas, que congregavam em torno desse objetivo comum de resistência segmentos das camadas populares e intelectuais e artistas. Vale ressaltar as organizações do movimen-

<sup>\*</sup> Professora do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina e coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS/UFSC).

<sup>1</sup> Uma versão preliminar e sintética desta parte encontra-se em texto de Anais (vide Scherer-Warren. In: Weber; Konrad, 2007c).

to estudantil desde o início do período e, a seguir, do denominado “movimento popular”, com base em iniciativas da Igreja Progressista e da Teologia da Libertação, das comunidades eclesiais de base (CEBs) e das pastorais, dos centros de educação popular e de algumas organizações civis comunitárias.

Assim, nesse período o tema de referência simbólica às manifestações e contestações de movimentos sociais era a democratização do regime político e da sociedade. Desde o início da ditadura de 1964, o movimento estudantil foi um dos mais ativos, organizado nas principais cidades brasileiras, culminando em 1968 com a mobilização dos estudantes, no Rio de Janeiro, com a trágica morte de um estudante e a subsequente “Manifestação dos 100 mil” de repúdio à repressão estatal. Além destas, reiniciaram-se as manifestações operárias, com duas grandes greves (CARVALHO, 2004, p. 161). A resposta governamental, ainda mais repressiva, foi o ato institucional nº 5, que vigorou de 1968 a 1979, proibindo as manifestações públicas.

Dessa forma, as duas alternativas de resistência foram a luta armada (ou guerrilhas) e o trabalho clandestino de conscientização cívica para a democratização a partir de vários setores da sociedade civil. Destacou-se o trabalho realizado sob o “guarda-chuva” da Igreja Católica Progressista, através das

pastorais sociais, das CEBs, dos centros de Educação Popular (nome dado às ONGs engajadas politicamente). Já no final desse período, também com o apoio de lideranças da Teologia da Libertação, organizou-se o denominado “novo sindicalismo”, que lutava pela democratização do regime, bem como das relações entre patrões e empregados. “Outra característica do novo sindicalismo, em contraste radical com o antigo sistema, era a insistência em se manter independente do controle do Estado”, conforme relata Carvalho (2004, p. 180-181). O fim desse período fecha-se com as mobilizações pela Lei de Anistia, assinada em 1979, possibilitando o retorno de exilados políticos, muitos dos quais vieram a fortalecer importantes ONGs que lutavam pelos direitos de cidadania, e outros aderiram a novas opções partidárias.<sup>2</sup>

Também na segunda metade da década de 1970 entraram em cena novas organizações rurais, como os movimentos dos atingidos pelas barragens, dos sem-terra, dos bóias-frias, mediados especialmente pela CPT,<sup>3</sup> bem como os “novos movimentos sociais”, organizados a partir das lutas identitárias feministas, ecologistas, pacifistas, étnicas, etc. Simultaneamente às lutas identitárias agregaram-se reivindicações pela democratização na política e na sociedade. Destacam-se o feminismo, com suas lutas contra o patriar-

calismo e o autoritarismo de Estado; o movimento de direitos humanos, com atuações contra a violação dos direitos humanos e civis, contra a tortura e pela anistia; o nascente movimento negro contemporâneo, desenvolvendo uma consciência ou identidade negra e buscando evidenciar a existência de racismo na sociedade brasileira pela denúncia ao mito da democracia racial (ALBERTI; PEREIRA, 2006).

Portanto, os movimentos sociais emergentes nesse período, além das lutas específicas em torno de suas temáticas, também se opunham ao autoritarismo estatal.<sup>4</sup> Por isso, nesses movimentos uma das diretrizes mais importantes era a autonomia política e organizacional em relação às estruturas estatais e governamentais. Algumas análises concluíam que os movimentos de base “davam as costas ao Estado”, mas, muito mais do que a busca de uma separação nítida em relação ao governo, rejeitava-se o regime opressor e restritivo à participação popular em sua totalidade. Os movimentos sociais no Brasil e na América Latina, em geral, sempre tiveram o Estado como uma referência importante, seja para contestar, seja para negociar. Nessa direção, Touraine, numa análise histórica sobre tendências predominantes de movimentos na América Latina, conclui que “existe uma interdependência entre o social, o político e o estatal, que significa, ao mesmo

tempo, uma autonomia relativa de cada setor de ação coletiva e a impossibilidade de definir um desses setores independentemente de suas relações com os demais” (1987, p. 231).

#### Movimento cidadão (décadas de 1980 e 1990): afirmação/regulamentação de direitos

Com a transição política para a democratização do Estado, os movimentos se mobilizaram para a ampliação de direitos ou a criação de direitos de uma nova geração<sup>5</sup> a serem incluídos na nova Constituição brasileira. As normas e estatutos, baseados na nova legalidade democrática, estimulavam também a institucionalização das organizações da sociedade civil. Nesse período houve um aumento considerável do número de ONGs e do terceiro setor de responsabilidade social. As associações de bairro, representantes de periferias e de moradores de classe média, também em expansão, reivindicam a concessão de direitos sociais. Uma das lutas importantes é pela regulamentação de direitos a partir da nova Constituição, como, por exemplo, as campanhas das feministas em prol de um novo Código Civil. Algumas organizações passaram a fazer a mediação institucional entre as bases sociais mais vulneráveis e excluídas da sociedade e a esfera governamental ou estatal, por meio do que passou a

ser conhecido por “parcerias” entre a sociedade civil, o Estado e, às vezes, o mercado, como o que ocorre em muitos conselhos setoriais e/ou fóruns paritários. Parte dos antigos militantes ou lideranças dos movimentos passaram a participar da esfera governamental, o que algumas vezes facilitou o diálogo nas parcerias citadas, mas, em outras, implicou um refluxo dos movimentos contestatórios. Iniciava-se a institucionalização das práticas da sociedade civil em face da democratização.

As duas grandes mobilizações nacionais deste período foram o Movimento pelas Diretas Já (1983-1984) e a mobilização da sociedade civil organizada (ONGs, associações e movimentos), que no período do início de 1987 a 1988 encaminharam propostas para a inclusão de novos direitos na Constituição brasileira, a qual veio a ser denominada de “Constituição Cidadã”. Essa participação teve como substrato as nascentes organizações de movimentos, tais como os movimentos sociais urbanos, de bairro e contra a carestia, alguns segmentos mais combativos dos movimentos sociais rurais, especialmente de luta contra as barragens e pela terra, e os novos movimentos sociais, destacando-se nessa fase o crescimento dos movimentos feminista e ecológico.<sup>6</sup>

Apesar de um número expressiva de movimentos sociais emergentes nesta década terem lutado pelo “direito de ter direitos”,<sup>7</sup> o progresso na garantia

de direitos civis e sociais, especialmente para os mais excluídos socialmente, foi inexpressivo. Carvalho (2004, p. 216) afirma que essa população marginal “são parte da comunidade política nacional apenas nominalmente. Na prática, ignoram seus direitos civis ou os têm sistematicamente desrespeitados por outros cidadãos, pelo governo, pela polícia. Não se sentem protegidos pela sociedade e pelas leis”. Assim, este foi um período para a conscientização acerca dos direitos do cidadão, estimulada, sobretudo, pelas organizações de mediação, intelectuais orgânicos e lideranças de movimentos, mas com alcance ainda limitado para a grande massa dos excluídos.

Movimento institucionalizado  
(década de 1990...): participação/  
negociação entre Estado e  
movimentos sociais

A partir da Eco/92, no Rio de Janeiro, houve um novo estímulo à institucionalização das organizações civis, que anteriormente faziam partes de redes movimentalistas mais informais. Conseqüentemente, o setor das ONGs e do terceiro setor cresce e cria visibilidade. Os fóruns globais e as conferências internacionais estimularam também o diálogo interorganizacional e a participação em rede de uma grande multiplicidade de atores coletivos. Por exemplo, o Fórum de ONGs

e Movimentos Sociais para a Eco/92 contou com a participação ativa de ONGs ambientalistas, de desenvolvimento, feministas, de movimentos sociais urbanos e rurais, do sindicalismo e de movimentos ligados à cultura, à religião e outros, construindo, por um lado, uma identidade comum pelos direitos de cidadania e, por outro, o reconhecimento das diversidades e das identidades específicas (ROSSIAUD; SCHERER-WARREN, 2000). O evento contribuiu também para a posterior institucionalização de Agendas 21 locais em vários municípios brasileiros.

A mobilização popular em torno do *impeachment* do presidente Collor (1992), ainda que dirigida pelos partidos políticos, contou com amplo apoio da sociedade civil, destacando-se uma emergente forma de manifestação da juventude, os “caras-pintadas”, que proclamavam sua autonomia em relação aos partidos e aos movimentos tradicionais partidarizados. O conjunto dessas manifestações foi definido por algumas lideranças como “Movimento pela Ética na Política”, o qual deu origem, posteriormente, à Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria, coordenado por Betinho do Ibase, responsabilizando a sociedade pela promoção da cidadania e convocando a população para ações coletivas emergenciais de combate à fome e à miséria no país.

Esse também foi um período de crescimento e consolidação de vários movimentos sociais rurais, com o Movimento dos Sem-Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), dentre outros, e do aumento das articulações interorganizacionais desses atores entre si e com outros movimentos sociais urbanos, latino-americanos e globalizados.<sup>8</sup> Os movimentos étnicos assumem maior visibilidade na esfera pública e passam a negociar espaços de participação na elaboração de políticas sociais e culturais, especialmente por intermédio de representantes dos movimentos indígenas, quilombolas e de populações negras. Como expressão de uma nova forma de consciência sobre a farsa da abolição e o legado histórico da escravidão no Brasil, 20 de novembro, data do assassinato de Zumbi dos Palmares, passou a ser a data comemorativa dessa consciência, dando início às Grandes Marchas a Brasília, como forma de protesto e de reivindicações junto ao poder central. Eis que: “Em 20 de novembro de 1995, quando ativistas do movimento negro, do movimento de mulheres negras, de sindicatos e de comunidades negras rurais chegaram a Brasília, na Marcha Zumbi do Palmares contra o Racismo, pela cidadania e a Vida, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da

População Negra, vinculado ao Ministério da Justiça” (ALBERTI; PEREIRA, 2006, p. 150).

Posteriormente, muitos atores coletivos viram na figura de uma liderança histórica do “novo sindicalismo” (Lula) a possibilidade de acesso ao poder, com a criação de canais de negociação mais diretos. De fato, com o governo Lula consolidam-se alguns espaços e criam-se novos espaços de participação e negociação entre Estado e sociedade civil organizada, como, por exemplo, as Secretarias Especiais (com *status* de ministério) da Mulher, da Promoção da Igualdade Racial, da Economia Solidária, da Juventude, etc., as quais, por meio de seus conselhos nacionais e desdobramentos em redes estaduais e municipais – e de forma aglutinadora nas Conferências Nacionais –, vêm construindo plataformas específicas para a promoção da cidadania, fruto das reivindicações e das mobilizações civis do movimento institucionalizado. Entretanto, mesmo que tenham ocorrido alguns ganhos de participação nesses espaços, essa mesma sociedade civil que traz a historicidade da militância nos movimentos sociais sente-se insatisfeita com alguns rumos da política governamental, especialmente a econômico-financeira, e com a timidez das conquistas na esfera social. Para muitos militantes chegou a hora de se resgatar a necessidade de uma diretriz

de inequívoca autonomia dos movimentos sociais. Mas trata-se da mesma forma de autonomia do primeiro momento apontado acima? Certamente, não. E com isso chegamos ao quarto tipo de articulação, ainda emergente.

#### Movimento cidadão crítico (década de 2000...): controle social pela cidadania

Este quarto e presente momento dos movimentos sociais (cidadão crítico) convive com algumas características dos momentos anteriores. Pode-se, assim, observar a emergência de uma rede de movimento social que busca uma nova presença na esfera pública, uma presença de engajamento com as questões nacionais, mas de autonomia em relação à esfera governamental. Trata-se de empoderar e capacitar a sociedade civil para participar na esfera pública estatal, negociando e colocando os interesses e reivindicações da sociedade civil, resguardando a autonomia de suas concepções e posicionamentos. Está, pois, emergindo um movimento cidadão crítico, já não mais com um projeto de poder para controle do Estado, mas com um projeto de controle social pela cidadania em relação às questões nacionais de interesse público, o que alguns movimentos populares denominam de “projeto de nação”. Para tanto, o movimento cidadão

crítico busca radicalizar a democracia, não abrindo mão de negociar suas demandas nos espaços governamentais e estatais. Mas, ao mesmo tempo, visa capacitar essa participação e fortalecer os espaços próprios da sociedade civil organizada, desde os movimentos de base, através das articulações mediadoras (fóruns, associações de ONGs, redes de redes, assembléias populares, etc.), até as mobilizações de massa e de parcerias para a implementação de políticas sociais e públicas. Um exemplo dessa nova forma de conceber a participação política da sociedade civil organizada pode ser percebido numa declaração da rede nacional do Grito dos Excluídos,<sup>9</sup> que propõe:

Autonomia das forças e movimentos sociais, não isolamento. Uma palavra-chave neste momento é a autonomia dos movimentos sociais e das pastorais em relação ao poder público. Passamos da perplexidade à decepção e desta à indignação. Agora é hora de levantar a cabeça e caminhar. Mas é preciso discernir bem os campos de ação e as funções de cada instância. Só assim não nos deixaremos cooptar e manipular. Só assim ajudaremos a definir melhor não apenas o papel das forças sociais, mas o próprio papel dos partidos políticos (7/9/2006).

Em síntese, essa nova forma de fazer política dos movimentos sociais em rede, aqui denominada de “movimento cidadão crítico”, tende a contribuir para um processo de maior autonomia das forças populares em relação

ao Estado. A sociedade civil brasileira, representativa das forças sociais populares, compreende neste momento histórico redes articulatórias que vão das escalas mais locais às mais globais:

- a) *organizações locais e/ou de base*: tais como ONGs, terceiro setor, associações civis, pastorais, movimentos sociais de base, empreendimentos solidários e outros; são as expressões locais e/ou comunitárias da sociedade civil organizada, mas que gradativamente buscam parcerias e articulações locais até a participação em redes regionais, nacionais e mesmo transnacionais;
- b) *organizações de articulação política*: tais como os fóruns de organizações da sociedade civil, associações nacionais de ONGs e redes interorganizacionais (ex: Fóruns Setoriais da Sociedade Civil,<sup>10</sup> a Assembléia Nacional Popular (ANP); Semana Social Brasileira (SSB), etc.). Com essas formas de articulação interorganizacionais, buscam empoderar a sociedade civil, pressionar e negociar com o Estado, representando as organizações e movimentos de base, com apoio de articulações nacionais e globalizadas, como, por exemplo, a Via Campesina no apoio ao movimento de mulheres agricultoras, ao MST e outros;

- c) *mobilizações/protestos na esfera pública*: tais como as marchas, campanhas, “semanas”, “grito dos excluídos”, “mutirões sociais”, etc.; são as formas mais expressivas de pressão pública da sociedade civil organizada em relação ao Estado e à opinião pública; conta com a participação dos movimentos sociais de base, das ONGs, dos fóruns e redes de redes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido pedagógico) e para a sociedade em geral (ex: Marcha pela Reforma Agrária, organizada pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo em conjunto com organizações parceiras, em Brasília, 2003. Como resultado dessa pressão coletiva o governo lançou o Programa Nacional de Reforma Agrária);
- d) *rede de movimento social*: formada pelo conjunto dos sujeitos (formas organizativas) acima, tais como ocorre com os movimentos ambientalistas, feministas, pela paz, indígenas, quilombolas, atingidos por barragens e outros. Uma rede de movimento social pressupõe ações coletivas horizontalizadas e pouco formalizadas, construindo identificações dos sujeitos coletivos em torno de

valores, objetivos ou projetos em comum e definindo os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas.<sup>11</sup> Em outras palavras, o movimento social, em sentido mais amplo, se constitui em torno de uma identidade ou identificação coletiva, da definição de adversários ou de um conflito e de um projeto de mudança social ou utopia,<sup>12</sup> num contínuo processo em construção.

### Políticas de empoderamento e controle social

Na sociedade globalizada os movimentos sociais buscam se empoderar<sup>13</sup> por meio de organizações em rede, articulando as iniciativas locais com apoios, formas de comunicação e manifestações mais amplos. Neste mundo da informação em que vivemos, a visibilidade política passa a ser um vetor importante do empoderamento. Por isso, as formas mais expressivas e visíveis dos movimentos sociais se caracterizam por redes transnacionais, como a Marcha Mundial das Mulheres,<sup>14</sup> a Via Campesina e outras, que servem de apoio a iniciativas de lutas locais, como tem ocorrido no Brasil.

No que diz respeito ao empoderamento das populações mais excluídas e discriminadas, visando à construção de um “outro mundo possível” (lema do



Fórum Social Mundial, que vem sendo assumido por parte do movimento social popular), o trabalho da articulação em rede enfrenta o desafio de lidar com os seguintes ideários já bastante difundidos nos movimentos altermunicipalização:

- a) o reconhecimento da diversidade dos sujeitos sociais e do respectivo pluralismo das idéias (respeito às diferenças regionais, étnicas, sexuais, etárias e culturais);
- b) luta por direitos humanos tratados em sua transversalidade e indivisibilidade (direitos civis, políticos, socioeconômicos, culturais e ambientais);
- c) a promoção da democracia no interior das organizações e nos comitês da esfera pública de forma a não apenas incluir as demandas das populações mais excluídas, mas, de fato, ir gradativamente transformando-as em agentes das formas de governança em rede; controle das políticas públicas pela sociedade civil organizada.

Quanto ao reconhecimento das diversidades e à transversalidade dos direitos, estes têm uma referência organizada numa plataforma internacional denominada DhESCA (Direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais),<sup>15</sup> a qual defende a luta pela integralidade e indivisibilidade dos direitos. A incorporação dessa pla-

taforma no Brasil reflete o crescimento da presença de sujeitos e redes diversas no interior do Movimento Nacional de Direitos Humanos e no Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos (FENDH). Outro exemplo emblemático de luta pela transversalidade de direitos encontra-se na Marcha Mundial das Mulheres (MMM), a qual se alicerça em cinco valores de referência principais: igualdade, liberdade, solidariedade, justiça e paz.<sup>16</sup>

Quanto à participação nas políticas sociais e públicas, os movimentos sociais brasileiros da segunda metade do século XX almejavam alcançar mudanças sociais em prol da cidadania, especialmente por meio de uma maior inserção de suas lideranças nas esferas do poder estatal. Essa inserção ocorreu em alguma medida pela passagem de várias lideranças para a política partidária, na ocupação de cargos eletivos ou de confiança em secretarias especiais. Todavia, rapidamente os movimentos perceberam que na esfera estatal os jogos de poder nem sempre são favoráveis à cidadania. Dessa forma, o movimento cidadão crítico vem revertendo sua concepção de lutas, buscando o controle social das políticas públicas pela cidadania organizada a partir das redes da sociedade civil. Para que esse controle ocorra em favor da promoção da igualdade, da inclusão das populações mais excluídas, no combate às discriminações históricas e no

reconhecimento de diferenças socioculturais, a ação política das redes vem enfrentando vários desafios:

- a) Como promover os valores da democracia, da solidariedade e da cooperação no interior da própria sociedade civil organizada a fim de constituir uma base popular sólida e coerente para as demandas de políticas públicas? Pressupõem-se, neste caso, que a rede movimentalista deve estabelecer parcerias políticas efetivas e uma interlocução dialógica entre as bases organizacionais (a população-alvo dos excluídos), as mediações (ONGs, centros educacionais populares, etc.) e as representações políticas (fóruns, conselhos, etc.) Algum progresso nessa direção pode ser observado especialmente em iniciativas recentes, tais como na Economia Solidária e no Movimento Lixo e Cidadania;
- b) Como produzir conhecimento, informação e comunicação alternativas, à medida que a mídia de massa no Brasil tende a criminalizar os movimentos sociais e a não dar visibilidade as suas ações pela cidadania? Isso tem implicado a necessidade de os movimentos desenvolverem esforços para a inclusão digital e informacional para a implantação de veículos alternativos de comunicação que divulguem a atuação e as concepções das forças sociais organizadas; que promovam os ideários de democracia, justiça social e de monitoramento das políticas sociais e públicas, como vem ocorrendo por meio de redes na internet, de jornais ou revistas alternativas e dos movimentos pela democratização da informação e de mídia independente.
- c) Como realizar o monitoramento das políticas públicas desde os níveis locais até o nacional, exigindo, igualmente, a publicização de todos os respectivos projetos sociais por parte do Estado? Vários fóruns da sociedade civil e redes interorganizacionais têm desempenhado um papel importante neste monitoramento, valendo lembrar as iniciativas do Fórum Brasileiro de Orçamento, da Associação Brasileira de ONGs, da Articulação Brasileira de Mulheres, dentre outros.
- d) Como construir uma governança social em rede, com a participação da sociedade civil organizada em conselhos, fóruns, conferências, etc., com apoio de redes de movimentos transnacionais congêneres e/ou à luz das agendas dos fóruns mundiais? As conferências mundiais trazem alguma legitimidade política para as lu-

tas nacionais, como a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (em Durban, 2001) para as políticas de ação afirmativa no Brasil. A proposta de cotas para negros nas universidades, introduzida de forma breve no relatório encaminhado a Durban, estimulou o debate sobre esta temática no Brasil, com desdobramentos importantes para sua implementação.<sup>17</sup>

### Considerações finais

No cenário brasileiro do novo milênio, há a emergência de um movimento cidadão crítico, que não atua de forma isolada, mas em redes nacionais e globalizadas e que se caracteriza por estar desenvolvendo um ideário político que visa à transposição de várias fronteiras restritivas dos movimentos sociais mais tradicionais de nossa história, as quais podem, enfim, ser assim classificadas:

- transposição de fronteiras da tradição política: por meio da valorização da autonomia do movimento, do controle social pela cidadania e da radicalização da democracia, conectando suas bases organizacionais com

as redes de articulações políticas mais amplas;

- transposição de fronteiras territoriais: circulando do local ao regional, ao nacional e, em determinados momentos e eventos, ao mundial, e vice-versa, ressignificando-se ideológica e politicamente nessa dupla trajetória, o que é facilitado pelo uso dos novos meios técnicos e virtuais de informação disponíveis;
- transposição de fronteiras socioculturais: contemplando o respeito às diversidades e o reconhecimento das diferenças, a abertura ao pluralismo das idéias, a articulação em rede de movimentos de múltiplas identidades, caminhando para a construção de uma cidadania que contemple a transversalidade, a integralidade e a indivisibilidade dos direitos humanos;
- transposição de fronteiras temporais: apoiando-se na memória de lutas históricas,<sup>18</sup> mas sem deixar de ressignificar a tradição dos movimentos sociais rumo a novos ideários, que contemplam utopias de mudança e, às vezes, projetos políticos e práticas de gestão rumo a uma cidadania mais inclusiva, mais democrática e mais autônoma.

## Abstract

The text examines the trajectory of social movements in Brazil, from 1964's dictatorship to nowadays, taking into account social changes, specially about the relationships between State and social movements and about the construction of a new form of being movement – articulation through a more horizontal interorganizational network. It seeks to explain the meaning of autonomy x institutionalization of the movements in relation to the State in four moments of these period. It intends, finally, to understand how through network practices it is promoted the empowerment of civil society in the struggle against social exclusion and for the indivisibility of the several types of human rights and how it is proposed a policy of social control through citizenship.

*Key words:* Social movement. Autonomy. Network. Citizenship.

## Notas

- <sup>2</sup> Ver maiores informações em Rossiaud; Scherer-Warren, 2000.
- <sup>3</sup> A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi criada em 1975 e foi uma importante mediadora na organização dos movimentos sociais no campo. As primeiras organizações locais do Movimento dos Sem Terra (MST) têm início no final da década, apesar de o Primeiro Congresso Nacional do MST só ocorrer em 1985, em Curitiba - PR.
- <sup>4</sup> Uma análise mais detalhada deste período encontra-se em texto anterior, Scherer-Warren, 2005a. 3. ed.
- <sup>5</sup> Como os direitos culturais, das diferenças e das minorias, ambientais, do patrimônio histórico.

- <sup>6</sup> Ver minhas publicações anteriores sobre o assunto, especialmente 1999 e 2005a.
- <sup>7</sup> Expressão muito utilizada pelos movimentos sociais do período e trabalhada pelas mediações de intelectuais.
- <sup>8</sup> Maiores desdobramentos em Scherer-Warren, 2007d.
- <sup>9</sup> Maiores detalhes em Eixos do Grito 2006, Grito dos Excluídos Continental. Disponível em: <http://www.gritodosexcluidos.com.br/gritoBrasil/>
- <sup>10</sup> Ver análise de alguns destes fóruns em Scherer-Warren, 2007a.
- <sup>11</sup> Ver outros desdobramentos sobre a noção de redes de movimentos sociais em Scherer-Warren (1999, 2000, 2002 e 2005a, 2005b, 2006a, 2006b, 2007b).
- <sup>12</sup> Cf. Touraine (1997), Melucci (1997), Castells (1996).
- <sup>13</sup> Uma síntese sobre o uso do conceito de empoderamento encontra-se em Horochovski e Meirelles, 2007.
- <sup>14</sup> Analisada em artigo anterior (Scherer-Warren), 2006a.
- <sup>15</sup> Sobre o uso da plataforma DhESCA por movimentos sociais, ver Scherer-Warren, 2006b.
- <sup>16</sup> Maiores desdobramentos ver em Scherer-Warren, 2005b.
- <sup>17</sup> Ver uma análise sobre os desdobramentos deste debate em Alberti e Pereira, 2006.
- <sup>18</sup> Ver exemplos ilustrativos em Scherer-Warren, 2005b.

## Referências

- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 37, p. 143-166, jan./jun. 2006.
- CASTELLS, Manuel. *The information age: economy, society and culture*. London: Blackwell Publishers, 1996. 3 v.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. SEMINÁRIO NACIONAL

MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, II. *Anais...* Florianópolis, Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais, 25-27 abr. 2007.

MELUCCI, Alberto. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

ROSSIAUD, Jean; SCHERER-WARREN, Ilse. *A democratização inacabável: as memórias do futuro*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. Fóruns e redes da sociedade civil: percepção sobre exclusão social e cidadania. *Revista Política & Sociedade*, Florianópolis: PPGSP/UFSC, v. 6, n. 11, p. 19-40, out. 2007a.

\_\_\_\_\_. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério L. L. da (Org.). *Redes, sociedade e território*. 2. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007b.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais na atualidade. In: WEBER, Beatriz, T.; KONRAD, Diorge A. (Org.). *Visões do mundo contemporâneo – caminhos, mitos e muros*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2007c. p. 147-162.

\_\_\_\_\_. A política dos movimentos sociais para o mundo rural. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro: CPDA, v. 15, n. 1, p. 5-22, 2007d.

\_\_\_\_\_. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília - DF, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006a.

\_\_\_\_\_. Inclusão social e cidadania: a perspectiva das organizações, redes e movimentos. In: AMARAL, A.; BURITY, J. (Org.). *Inclusão social, identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social*. São Paulo: Annablume, 2006.

\_\_\_\_\_. *Redes de movimentos sociais*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005a.

\_\_\_\_\_. Redes sociales y de movimientos en la sociedad de la información. *Nueva Sociedad*, Venezuela, n. 196, p. 77-92, mar./abr. 2005b.

\_\_\_\_\_. Redes e sociedade civil global. In: HADDAD, S. (Org.). *ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: Abong, 2002. p. 63-92.

\_\_\_\_\_. Movimentos em cena... as teorias por onde andam? In: SCHERER-WARREN, Ilse et al. *Cidadania e multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo*. Lisboa: Socius; Florianópolis: Editora da UFSC, 2000. p. 23-51.

\_\_\_\_\_. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

TOURAINÉ, Alain. *¿Podremos vivir juntos? La discusión pendiente: el destino del hombre en la aldea global*. Trad. de Horácio Pons. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.

\_\_\_\_\_. *Actores sociales y sistemas políticos em America Latina*. Ginebra: Preal/OIT, 1987.